



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO- ETPS**

**1. DADOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO**

**SEI Nº: 0012617-30.2025.6.05.8000**

**Unidade Demandante: SEÇÃO DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO – SEGEP**

**Item do PLANCONT: 12/2025**

**2. OBJETO**

Registro de preços para aquisição de mobiliário geral e certificado, bem como, gradis de segurança.

**2.1. Natureza do objeto:**

Aquisição

**2.2. Descrição sucinta do objeto:**

Registro de preços para aquisição de mobiliário geral e certificado.

**3. JUSTIFICATIVA**

A presente aquisição objetiva atender as demandas de setores da Secretaria deste Tribunal e, principalmente, dos cartórios eleitorais do interior do Estado, com a finalidade de proporcionar os meios necessários e mais adequados à execução das tarefas administrativas.

**4. HISTÓRICO:**

( ) Não há histórico de contratações do mesmo objeto.

(X) Há histórico. Contratações anteriores:

- Mobiliário Geral: 0008540-46.2023.6.05.8000, 0018594-42.2021.6.05.8000 e 0010344-83.2022.6.05.8000.
- Mobiliário Certificado: 0014198-51.2023.6.05.8000, 0001876-67.2021.6.05.8000 e 0012042-27.2022.6.05.8000.

**5. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL**

- (X) Prestar serviço de qualidade ao público
- ( ) Fortalecer a relação institucional com a sociedade
- ( ) Fomentar a educação para a cidadania
- ( ) Aumentar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional
- ( ) Combater a corrupção e a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais
- (X) Aperfeiçoar a governança e gestão administrativa
- ( ) Melhorar a comunicação administrativa
- (X) Promover a sustentabilidade ambiental



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

- ( ) Aprimorar a gestão de pessoas
- ( ) Promover a melhoria contínua de governança e da gestão de TIC
- ( ) Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira
- (X) Melhoria e adequação das condições de segurança do trabalho no TRE-BA

**6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

As previsões de quantidades registradas basearam-se no histórico de consumo deste Tribunal, gerado pelo sistema Asiweb, bem como as demandas atuais e projeções até o prazo final das contratações.

ITEM	MATERIAL	UNIDADE DE MEDIDA	Previsão 2025/2026	Código CATMAT
1	Mesa de escritório com tampo em formato "L" 1,60 x 1,40	Unidade	60	476425
2	Mesa de escritório com tampo em formato "L" 1,40 x 1,60	Unidade	60	476425
3	Mesa de escritório com tampo em formato retangular 1,00 x 0,60	Unidade	30	623620
4	Mesa de escritório com tampo em formato retangular 1,20 x 0,60	Unidade	50	483246
5	Mesa de escritório com tampo em formato Peninsular 1,80 x 1,60	Unidade	5	329681
6	Mesa de escritório com tampo em formato Peninsular 1,60 x 1,80	Unidade	5	329681
7	Mesa de escritório com tampo circular 1,20	Unidade	20	262911
8	Mesa de escritório com tampo em formato elíptico 2,40 x 1,20	Unidade	5	437104
9	Gaveteiro volante	Unidade	130	462075
10	Armário alto 2,01m	Unidade	50	393010
11	Armário baixo 0,73m	Unidade	20	266920
12	Cadeira giratória operacional com espaldar Médio	Unidade	120	485840
13	Cadeira de diálogo – sem braços	Unidade	50	486777
14	Cadeira giratória operacional com espaldar Alto	Unidade	20	445779
15	Cadeira giratória operacional com espaldar alto e apoio de cabeça	Unidade	20	484126
16	Mesa auxiliar	Unidade	50	255798
17	Quadro de aviso	Unidade	50	486401
18	Descanço pés - Apoio ergonômico para os pés	Unidade	300	328454
19	Cadeira fixa sem braços	Unidade	50	350572
20	Cadeira com rodas	Unidade	50	427631
21	Grade de Proteção/Guarda Corpo - Gradis de contenção de público	Unidade	50	481592
22	Estante em aço fechada	Unidade	100	460829
23	Estante em aço aberta	Unidade	100	460829
24	Armário em aço p/vestiário – Tipo roupeiro – 12 portas	Unidade	5	617022
25	Armário em aço p/vestiário – Tipo roupeiro – 16 portas	Unidade	15	617022
26	Cadeiras sobre longarina, sem braços – 2 lugares	Unidade	50	260097
27	Cadeiras sobre longarina, sem braços – 3 lugares	Unidade	50	607538



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**7. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO**

**7.1. A aquisição envolve algum serviço acessório?**

- Não  
 Sim. Indicar qual:

**7.2. Será utilizado o Sistema de Registro de Preços?**

- Não  
 Sim.

Se sim, indique em qual(is) hipótese(s) a justificativa se enquadra:

- Pelas características do bem, há necessidade de contratações frequentes.  
 É conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.  
 É conveniente a aquisição de bens para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.  
 Pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

**7.3. Há Ata de Registro de Preços (ARP) vigente para o mesmo objeto?**

- Não  
 Sim.

ARP 020/2024, expirou em 10/01/2025, SEI 0000118-48.2024.6.05.8000  
ARP 021/2024, expirou em 18/01/2025, SEI 0000120-18.2024.6.05.8000  
ARP 022/2024, expirou em 11/01/2025, SEI 0000121-03.2024.6.05.8000  
ARP 023/2024, expirou em 11/01/2025, SEI 0000122-85.2024.6.05.8000  
ARP 024/2024, expirou em 30/01/2025, SEI 0000123-70.2024.6.05.8000  
ARP 121/2024, expirou em 25/07/2025, SEI 0015105-89.2024.6.05.8000  
ARP 122/2024, expirou em 23/07/2025, SEI 0015127-50.2024.6.05.8000  
ARP 123/2024, expirou em 26/07/2024, SEI 0015128-35.2024.6.05.8000

**7.4. Verificou-se a existência de Intenção de Registro de Preços (IRP) divulgada ou de ARP vigente de outro órgão federal e, em sendo permitida a participação ou adesão, se seria tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para o Tribunal?**

- Não  
 Sim

Informe o nº da IRP ou da ARP, e o órgão de origem, devendo anexar ao processo cópia do edital, do termo de referência e da Ata:

**7.5. Além da garantia legal, será exigida garantia adicional?**

- Não. Será exigida somente a garantia legal (prevista nos arts. 24 e 26 do Código de Defesa do Consumidor, a qual independe de termo expresso).  
 Sim. Indicar qual:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

- ( ) Garantia de fábrica, cuja vigência começa a partir da data do recebimento definitivo do bem, com o prazo e condições impostas pelo fabricante, normalmente estabelecida no "termo de garantia" que já vem com o produto. É complementar à legal.
- ( ) Garantia contratual, decorrente da necessidade de suporte técnico diferenciado a ser prestado pela contratada por meio da celebração de contrato. Justificar a necessidade de garantia contratual:

**7.6. Haverá indicação de marca e/ou modelo?**

( X ) Não

( ) Sim

Se sim, indique em qual(is) hipótese(s) do art. 41 da Lei nº 14.1333/2021 a necessidade se enquadra:

( ) Em decorrência da necessidade de padronização do objeto.

( ) Em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração.

( ) Quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do Tribunal.

( ) Quando a descrição do objeto a ser contratado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servirem apenas como referência.

Justificar:

**7.7. Será necessário apresentar prova ou amostra**

(X) Não

( ) Sim. Será necessário apresentar prova.

( ) Sim. Será necessário apresentar amostra.

Justificar a exigência de amostra:

**7.8. Será necessário apresentar laudo ou certificação?**

Será exigida a apresentação de certificado de conformidade às normas técnicas aplicáveis da ABNT para os principais itens de cada lote, emitido por Organismo de Avaliação da Conformidade acreditado pelo INMETRO. Para os itens secundários associados a itens certificados, a certificação não será exigida, conforme estratégia adotada para evitar restrições indevidas à competitividade.

(X) Sim

( ) Não

Há outros meios aptos à comprovação do cumprimento dos requisitos das normas técnicas que não seja a certificação, uma vez que o fornecedor não está obrigado a ser certificado?

( ) Sim

(x) Não

A exigência visa à aquisição de produtos que atendam às normas técnicas mínimas que garantam a qualidade, durabilidade, resistência, segurança, funcionalidade, sustentabilidade ambiental, a justificar suposta restrição?

( ) Sim

( ) Não



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

Não se aplica

A exigência de certificação afastará um quantitativo considerável de licitantes conforme a realidade do mercado?

Verificar se há um rol considerável de empresas que possuem certificação no ramo de negócios da contratação.

Sim

Não

Não se aplica

Justificar a exigência:

A exigência de certificação para os principais itens dos lotes está fundamentada no Tópico 2 do Termo de Referência, especialmente nos itens 2.1, 2.3 e 2.5, visando assegurar que os bens atendam às normas técnicas da ABNT referentes à estabilidade, resistência, durabilidade, requisitos mecânicos, ergonômicos e de segurança, bem como proporcionar padronização e avaliação objetiva pela Administração. A dispensa de certificação para itens secundários reduz eventuais restrições ao caráter competitivo, mantendo equilíbrio entre necessidade técnica e competitividade do certame.

**7.9. Há legislação específica aplicável ao objeto?**

Não

Sim. Indicar a legislação

**7.10. Será exigida comprovação de habilitação jurídica específica para fornecimento do objeto?**

Não

Sim. Indicar a exigência, o documento e a legislação que a disciplina:

**7.11. Será exigida comprovação de capacidade técnica para fornecimento do objeto?**

Não

Sim. Será exigida comprovação de capacidade técnica, mediante apresentação de atestado.

Justificar:

**7.12. Na especificação do objeto levou-se em consideração algum critério ou prática sustentável?**

Há previsão de critério ou prática sustentável

**a. Uso de Materiais Sustentáveis e Certificados**

Priorizar móveis fabricados com madeira de origem legal e certificada.

Optar por materiais recicláveis ou reciclados, como plásticos, metais e espumas.

Evitar componentes com substâncias nocivas.

**b. Eficiência no Ciclo de Vida do Produto**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

Selecionar móveis duráveis e resistentes, que reduzam a necessidade de reposição e descarte precoce.

Facilitar a manutenção, reparo e reutilização dos componentes.

Projetar para desmontagem fácil, permitindo o reaproveitamento ou reciclagem.

**c. Certificações Ambientais e de Qualidade**

Exigir móveis certificados por órgãos reconhecidos, garantindo qualidade e sustentabilidade.

Priorizar produtos com certificações ambientais.

**d. Redução de Impactos na Produção e Transporte**

Escolher fornecedores locais ou regionais para diminuir a emissão de carbono com transporte.

Avaliar a pegada de carbono do produto (quando disponível).

Verificar práticas sustentáveis do fornecedor, como gestão de resíduos e uso racional de energia.

**e. Critérios de Compra Socialmente Responsáveis**

Priorizar fornecedores que adotam práticas de responsabilidade social (ex: inclusão de pessoas com deficiência, igualdade de gênero, condições dignas de trabalho).

Fomentar a contratação de micro e pequenas empresas locais.

**f. Conformidade com Normas Técnicas e Legais**

Garantir que os móveis atendam às normas de segurança, ergonomia e qualidade.

Obedecer às legislações ambientais e portarias do INMETRO.

**g. Gestão de Resíduos e Destinação Final**

Planejar o descarte responsável do mobiliário antigo.

Estimular a reutilização ou reciclagem dos móveis ao final da vida útil.

( ) Não foi possível identificar nenhum critério de sustentabilidade a ser aplicado ao objeto em questão. Justificar a não adoção:

**7.13. Análise da divisibilidade da solução**

(X) É possível a contratação da solução de forma divisível (em itens), sem que haja prejuízo quanto aos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade.

( ) Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados em lotes para fornecimento por um único fornecedor.

Justificar o agrupamento em lotes:

Em busca da melhor adequação técnica, intercambialidade, modularidade e harmonia estética dos bens a serem adquiridos, dispuseram-se os itens em lotes distintos, consoante a natureza funcional dos



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

materiais, definindo-se os seguintes agrupamentos, tendo-se por critério de julgamento das propostas o menor preço por lote:

- Lote1:mesasautoportantesegaveteiros;
- Lote2:armários;
- Lote3:cadeiragiratóriadeespaldarmédio ecadeirasdediálogo;
- Lote4:cadeirasgiratóriasdeespaldaralto;
- Lote 5: cadeira sobre longarina, sem braços.

**7.14. Há necessidade de adequação do ambiente do Órgão para recebimento da solução a ser contratada?**

- Não  
 Sim. Listar as providências necessárias:

**8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO NA LICITAÇÃO**

Trata-se de licitação complexa ou de elevado vulto a dificultar a participação de empresas individualmente, sobretudo as de pequeno porte?

- Sim  
 Não

Qualquer empresa, mesmo as de pequeno e médio porte, pode fornecer/executar o objeto?

- Sim  
 Não

É comum no mercado a existência de empresas com capacidade técnica e financeira para, isoladamente, fornecerem o produto licitado?

- Sim  
 Não

**Conclusão:**

- Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.  
 Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

**9. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

A unidade solicitante não encontrou outras soluções de mercado capazes de atender a todas as necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivoesperado.

Há outras soluções de mercado que atendem às necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado.

**9.1 Descrever aqui as soluções encontradas:**

**Foi adotado o Registro de Preços, porém existem, ainda, as soluções de mercado**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**Solução 1:** Entrega imediata, porém não é a mais adequada, visto que não é possível prever com antecedência os quantitativos que serão necessários dos produtos, bem como pelo fato de ser inviável o armazenamento de quantitativo tão elevado de bens.

**Solução 2:** Entrega parcelada, porém não é a mais viável, visto que não é possível asseverar que será necessário a aquisição do quantitativo total do produto, pois as demandas são variáveis.

**Solução 3:** Locação, porém não é a mais viável. Verificou-se em experiências anteriores (locação de mobiliário para realização de biometria) que quando o bem é necessário por períodos superiores a 2 anos, o custo de locação da maioria dos móveis é muito superior a aquisição destes. No caso dos bens em estudo, estima-se o uso, em virtude da durabilidade e necessidade permanente por período superior a 5 anos o custo de aquisição é diluído durante o passar do tempo sendo mais vantajoso.

**9.2. Informar os motivos que levaram à escolha da solução a ser contratada, fazendo um comparativo com as demais alternativas encontradas, quando houver, inclusive quanto aos preços:** Optou-se pela aquisição por meio de registro de preços para prover reserva técnica, evitando desperdícios, perda da validade, além da referida modalidade proporcionar uma melhor gestão administrativa e orçamentária.

## 10. ESTIMATIVA PRELIMINAR DE PREÇO

ITEM	MATERIAL	UNIDADE DE MEDIDA	Pesquisa em site (R\$)	Código CATMAT
1	Mesa de escritório com tampo em formato "L" 1,60 x 1,40	Unidade	897,52	476425
2	Mesa de escritório com tampo em formato "L" 1,40 x 1,60	Unidade	897,52	476425
3	Mesa de escritório com tampo em formato retangular 1,00 x 0,60	Unidade	473,33	623620
4	Mesa de escritório com tampo em formato retangular 1,20 x 0,60	Unidade	486,42	483246
5	Mesa de escritório com tampo em formato Peninsular 1,80 x 1,60	Unidade	965,00	329681
6	Mesa de escritório com tampo em formato Peninsular 1,60 x 1,80	Unidade	965,00	329681
7	Mesa de escritório com tampo circular 1,20 M	Unidade	592,80	262911
8	Mesa de escritório com tampo em formato elíptico 2,40 x 1,20	Unidade	2.005,38	437104





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

9	Gaveteiro volante L 0,39 M, P 0,52 M, A 0,60 M	Unidade	571,94	462075
10	Armário alto 2,00m	Unidade	845,18	393010
11	Armário baixo 0,73m	Unidade	597,96	266920
12	Cadeira giratória operacional com espaldar Médio	Unidade	1370,00	485840
13	Cadeira de diálogo – sem braços	Unidade	790,00	486777
14	Cadeira giratória operacional com espaldar Alto	Unidade	1800,00	445779
15	Cadeira giratória operacional com espaldar alto e apoio de cabeça	Unidade	1900,00	484126
16	Mesa auxiliar	Unidade	565,00	255798
17	Quadro de aviso	Unidade	192,47	486401
18	Descanço pés - Apoio ergonômico para os pés	Unidade	82,80	328454
19	Cadeira fixa sem braços	Unidade	325,91	350572
20	Cadeira com rodas	Unidade	539,00	427631
21	Gradis de contenção de público	Unidade	522,50	481592
22	Estante em aço fechada	Unidade	670,00	460829
23	Estante em aço aberta	Unidade	600,00	460829
24	Armário em aço p/vestiário – Tipo roupeiro – 12 portas	Unidade	1.200,00	617022
25	Armário em aço p/vestiário – Tipo roupeiro – 16 portas	Unidade	1.800,00	617022
26	Cadeiras sobre longarina – 2 lugares	Unidade	694,00	260097
27	Cadeiras sobre longarina – 3 lugares	Unidade	928,42	607538

Fonte: < <https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/analise-materiais>>, em 16/07/2025.

#### 11. REQUISITOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

( ) Será necessária a coleta de dados pessoais indispensáveis à execução do objeto contratual, para a qual se requererá prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA.

(X) Regra: Toda a informação presente neste documento é classificada como pública, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

( ) Há informação presente neste documento classificada como sigilosa, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

( ) Há necessidade celebração de termo de confidencialidade e de termo de responsabilidade e compromisso de manutenção de sigilo.

#### 12. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Ao final do presente estudo, o qual segue datado e assinado eletronicamente, concluiu-se que a contratação é:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

- (X) Viável e necessária, tendo os estudos preliminares evidenciado que a solução é possível, técnica e economicamente.
- ( ) Inviável e desnecessária.

## UNIDADE DEMANDANTE (GESTORA DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO):

## 1- CONTEXTO

Qual o bem/serviço que se pretende contratar?

## 2 - IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS DE RISCO\*

\*Evento de risco é QUALQUER SITUAÇÃO que, se ocorrer, poderá prejudicar o alcance do objetivo da contratação. De outra forma, TC

## 2.1 IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS RISCO COMUNS\*

\*Eventos de Risco levantados e sugeridos

CONTROLES PREVENTIVOS	
Sim, realizar planejamento para iniciar a elaboração do TR com a devida antecedência.	
CONTROLES PREVENTIVOS	
Sim, revisão do TR	
CONTROLES PREVENTIVOS	
Sim, detalhar a especificação mínima do TR	Falta de definição de Definição Mudanças

## 2.2 IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCO PECULIARES À ESTA CONTRATAÇÃO

CONTROLES PREVENTIVOS	
Sim, revisão do TR, com inclusão de regras para o recebimento	
CONTROLES PREVENTIVOS	
Sim, atendendo ao que dispõe a Lei de Licitações quanto às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.	Definição da empresa contratada
CONTROLES PREVENTIVOS	
Avaliação técnica prévia	

## 3- ANÁLISE/AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO DOS EVENTOS

Considerando os **controles existentes**, para cada evento de risco listado no item 2, informe:

EVENTO DE RISCO (R1, R2, ETC.)
R1 - TR incompleto ou solução técnica inadequada.
R2 - Critérios vagos ou inadequados para medição e pagamento.
R3 - Serviços de baixa qualidade ou em desacordo com as normas vigentes.
R4 - Falta de critérios para recebimento do objeto.
R5 - Exigências desnecessárias e restritivas, referentes à capacitação técnico profissional e técnico operacional da empresa.
R6 -
R7 -
R8 -
R9 -
R10 -

## 4- TRATAMENTO E COMUNICAÇÃO DOS EVENTOS DE RISCO

Considerando os **controles existentes**, para cada evento de risco listado no item 3, informe:

EVENTO	AÇÕES DE TRATAMENTO (O que pode ser feito para que esse evento de risco não ocorra OU tenha seu im

<b>R1</b>	Submeter o TR a uma análise por especialistas antes da publicação Realizar consultas técnicas para validar especificações Criar checklists e diretrizes para a elaboração do TR
<b>R2</b>	Revisão contratual para detalhar critérios de medição e pagamento. Emissão de normativos internos para padronizar medições e pagamentos em aquisições futuras. Treinamento dos fiscais de contrato para correta interpretação e aplicação dos critérios.
<b>R3</b>	Rejeição dos serviços não conformes, com exigência de retrabalho sem custo adicional. Aplicação de penalidades contratuais, como multas e advertências. Acionamento da garantia contratual, exigindo substituição ou correção. Bloqueio do fornecedor para futuras contratações, caso haja reincidência. Capacitação dos fiscais do contrato para garantir inspeções mais eficazes.
<b>R4</b>	Revisão do contrato e TR para incluir critérios claros de recebimento. Definir critérios claros e objetivos para recebimento do objeto a ser locado. Elaboração de normativos internos para padronizar futuras aquisições. Recusa formal do objeto caso não atenda às especificações, exigindo correções. Adoção de auditorias e inspeções para verificar conformidade antes da aceitação final.
<b>R5</b>	Revisão e ajuste dos critérios no TR e Edital, garantindo proporcionalidade e adequação às necessidades reais. Análise de justificativa técnica para cada exigência, removendo aquelas que não agregam valor ao objeto contratado. Correção do processo licitatório em caso de impugnação ou recomendação de órgãos de controle. Capacitação da equipe responsável pela elaboração dos requisitos técnicos, para evitar repetições desse erro em contratações futuras.
<b>R6</b>	
<b>R7</b>	
<b>R8</b>	
<b>R9</b>	
<b>R10</b>	

COGELIN

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) DA CONTRATAÇÃO  
EXO I - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES DA CONTRATAÇÃO

SEGEP

Registro de preços para aquisição de condicionadores de ar

**DO EVENTO que puder prejudicar o ÊXITO na contratação** (bem/serviço contratado na data certa, feito com o trâmite processual mais adequado e com o melhor custo-benefício) é um evento de risco.

los pela COGELIC (lista exemplificativa). Ver Guia/Aba desta planilha: "EXEMPLOS DE RISCOS COMUNS".

CAUSAS	RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Tempo exíguo para elaboração do TR	Risco 01 - Termo de referência incompleto ou solução técnica inadequada.	Necessidade de conclusão e revisão do TR	Sim, revisão do TR
		Necessidade de ativos contratuais Complementação ou alteração de especificação técnica	Não Não
TR deficiente	Risco 02: Critérios vagos ou inadequados para medição e pagamento.	Conflitos e atrasos entre contratante e contratada	Sim, incluir regras claras de medição e p
e critérios mínimos de qualidade dos serviços e equipamentos nições genéricas de serviços e do equipamento ça de normas durante o processo de contratação	Risco 03: Serviços de baixa qualidade ou em desacordo com as normas vigentes.	Desperdício de recursos	
		Retrabalho Atrasos nos serviços Aumento dos custos dos serviços	Sim, aplicação de sanções previstas
Falta de informações no TR	Risco 04: Falta de critérios para recebimento do objeto.	Atrasos no recebimento do serviço	o de critérios claros e objetivos para r
la tenha capacidade técnica e operacional para executar o objeto	Risco 05: Exigências desnecessárias e restritivas, referentes à capacitação técnico profissional e técnico operacional da empresa.	contratação e não utilização dos equipamentos durante a realização	mínimos de capacitação técnico profiss:
Diferença de voltagem ou carga excessiva	Risco 06: Incompatibilidade com a infraestrutura elétrica	Queima de equipamentos, risco de incêndio	Ajuste da infraestrutura elétrica ante:

PROBABILIDADE*	IMPACTO*	RISCO RESIDUAL (A SER TRATADO)	AÇÕES
2	10	20	Médio - TRATAR
1	10	10	Médio - TRATAR
5	10	50	Alto - TRATAR
2	10	20	Médio - TRATAR
2	5	10	Médio - TRATAR
		0	(Muito)Baixo - MONITORAR
		0	(Muito)Baixo - MONITORAR
		0	(Muito)Baixo - MONITORAR
		0	(Muito)Baixo - MONITORAR
		0	(Muito)Baixo - MONITORAR

Impacto minimizado?)	PRAZOS DAS AÇÕES (Quando serão realizadas as ações?)	COMUNICAÇÃO 1-Há necessidade de providências de outras unidades? 2-Como irá se comunicar com essa unidade? 3-Com qual frequência?

	Curto	
	Médio	
	Longo	
	Longo	Serão definidos critérios para recebimento do objeto.
	Médio	

C - SGA - TRE/BA

pagamento no T

no contrato

recebimento do

sional e técnico

da instalação

**RESPOSTA AO RISCO**

Mitigar

Mitigar

Evitar

Mitigar

Mitigar




LEVANTAMENTO DE EVENTOS DE RISCO COMUNS A TODO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE BEM OU SERVIÇO\*

\*Tabela exemplificativa

<p><b>CONTROLES PREVENTIVOS</b> (atuam nas CAUSAS a fim de <b>EVITAR</b> que o evento se materialize)</p>	<p><b>CAUSAS</b></p>	<p><b>EVENTOS DE RISCO</b></p>	<p><b>CONSEQUÊNCIAS</b></p>	<p><b>CONTROLES CONTINGENCIAIS</b> (atuam nas consequências, são previstos com antecedência, mas só entram em ação <b>CASO O EVENTO VENHA A OCORRER</b> visando <b>MINIMIZAR O IMPACTO NEGATIVO</b>)</p>
<p>Estruturação da governança de contratações Sistema de gestão colegiada, expressa por meio do Comitê Gestor de Orçamento e Aquisições - CgeOA, apoiado pelo Diretor-Geral, e pelo Conselho de Governança Plano Anual de Contratações - PLANCONT, contendo cronograma das contratações do exercício Atos normativos regulamentadores das contratações Modelos de ETP Disponibilização de check lists Assinatura do gestor convalidando os atos praticados Planejamento estratégico, tático ou operacional com diretrizes claras e objetivas para os gestores Sistema de controles internos estruturados ao longo do processo Treinamento e capacitação Segregação de funções</p>	<p>1) Deficiência na identificação da necessidade (demanda da Administração) 2) Deficiência na fixação dos requisitos mínimos da contratação 3) Deficiência na pesquisa de mercado realizada durante o estudo e na identificação das soluções disponíveis 4) Elaboração de referência de preços inadequada em face da solução escolhida 5) Deficiência na escolha da solução mais viável, técnica e economicamente, para satisfazer a demanda 6) Elaborar ETP com agrupamento indevido ou parcelamento inadequado. 7) ETP usado como mera formalidade 8) Repetição de estudos anteriores sem que haja pesquisa sobre novas soluções de mercado e/ou normativos existentes ou demonstração de que a solução anteriormente escolhida alcançou os resultados esperados e continua sendo a mais viável</p>	<p><b>Estudo Técnico Preliminar Insatisfatório</b> (ETP deve ser uma PESQUISA ou, como o próprio nome diz, um ESTUDO de mercado que objetiva verificar qual a melhor solução para resolver determinado problema. Essa solução pode ser até mesmo algo que não necessite de contratação. Portanto, ETP NÃO é mero preenchimento de um documento).</p>	<p>1) Inconsistências no termo de referência/projeto básico 2) Dificuldade de estimar preço 3) Insuficiência de recursos em face do mal dimensionamento do objeto 3) Excesso de diligências durante a tramitação que atrasam a conclusão e a entrega final do processo: bem/serviço contratado 4) Restrição indevida à competitividade 5) Impugnações e pedidos de esclarecimentos durante a licitação 6) Mandados de segurança/representações em face do edital de contratação 5) Contratações desertas ou fracassadas 5) Contratação de solução inadequada ou insuficiente para atendimento da necessidade do Tribunal 6) Sucessivas alterações contratuais para adequação da solução à real necessidade do órgão 7) Penalizações decorrentes de reiterados descumprimentos contratuais em razão da inviabilidade de execução do objeto</p>	<p>Revisão do ETP Revisão do TR/PB Revisão da minuta do edital Apurar responsabilidade contratual e executar penalizações previstas no TR Responsabilização do agente Repetição da licitação Realizar nova licitação Celebrar contrato emergencial</p>
<p>Estruturação da governança de contratações Sistema de gestão colegiada, expressa por meio do Comitê Gestor de Orçamento e Aquisições - CgeOA, apoiado pelo Diretor-Geral, e pelo Conselho de Governança Plano Anual de Contratações - PLANCONT, contendo cronograma das contratações do exercício Normativo interno que disciplina a fase de planejamento da contratação e a elaboração do ETP Modelos de ETP Disponibilização de check list</p>	<p>Falta de orientação acerca dos normativos internos e do fluxograma do processo de planejamento Ineficiência na comunicação entre atores envolvidos no processo Desinteresse no conhecimento dos normativos e dos modelos de artefatos</p>	<p><b>Desconhecimento do rito processual do planejamento da contratação</b></p>	<p>Atraso na deflagração do processo de planejamento e na elaboração do ETP Atraso na deflagração do processo de contratação Excesso de diligências no processo de planejamento até a aprovação do ETP Formação de gargalos nas unidades que processam a contratação, por conta do acúmulo de processos devido ao descumprimento do cronograma Atraso na conclusão da entrega do bem/serviço contratado Devolução de orçamento não executado</p>	<p>Treinamento dos servidores das unidades demandantes Prorrogação excepcional de contrato vigente Celebração de contrato emergencial</p>
<p>Estruturação da governança de contratações Sistema de gestão colegiada, expressa por meio do Comitê Gestor de Orçamento e Aquisições - CgeOA, apoiado pelo Diretor-Geral, e pelo Conselho de Governança Plano Anual de Contratações - PLANCONT, contendo cronograma das contratações do exercício Acompanhamento dos prazos previstos no PLANCONT Normativo interno que disciplina a fase de planejamento da contratação e a elaboração do ETP Monitoramento dos processos de contratações de responsabilidade da Secretaria/unidade administrativa superior à unidade demandante Modelos de ETP Disponibilização de check list</p>	<p>Desconhecimento da estruturação da governança de contratações Inobservância ao cronograma do PLANCONT Inobservância ao normativo interno que disciplina a fase de planejamento da contratação Desconhecimento dos modelos de ETP Excesso de demandas por parte do gabinete e da Secretaria/ unidade administrativa superior à da demandante, ou por parte do CGovTic, responsáveis pela aprovação do ETP Não utilização do check list de aprovação do ETP</p>	<p><b>Atraso na aprovação do ETP</b></p>	<p>Atraso na deflagração do processo de contratação Atraso na entrega do bem/serviço contratado Formação de gargalos nas unidades que processam a contratação, por conta do acúmulo de processos devido ao descumprimento do cronograma Devolução de orçamento não executado</p>	<p>Prorrogação excepcional de contrato vigente Celebração de contrato emergencial</p>
<p>Correta identificação da necessidade (demanda da Administração) Realização de estudo técnico preliminar consistente Utilização dos modelos de ETP Correta delimitação no ETP da qualificação necessária à execução do objeto, em face da legislação vigente e da realidade de mercado</p>	<p>Deficiências na análise da necessidade (demanda da Administração) Deficiência na pesquisa da legislação atinente ao objeto Deficiência na fixação de requisitos de qualificação Deficiência na pesquisa de mercado realizada durante o estudo e na identificação das soluções disponíveis</p>	<p><b>Contratação de fornecedor sem a qualificação necessária</b></p>	<p>Inexecução contratual Rescisão do contrato Reiteradas apurações de responsabilidade contratual Apontamentos pelos controles interno e externo</p>	<p>Contratação de remanescente Celebração de contrato emergencial</p>

### Escala de Probabilidade

DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE	NÍVEL
Muito Baixo	Poderá ocorrer em circunstâncias excepcionais.	1
Baixo	Não se espera que ocorra.	2
Médio	Pode ocorrer em algum momento	5
Alto	Provavelmente ocorrerá.	8
Muito Alto	Praticamente certa. As circunstâncias indicam claramente a possibilidade do evento ocorrer.	10

NÍVEL	DESCRIÇÃO
1	Muito baixo
2	Baixo
5	Médio
8	Alto
10	Muito alto

### Matriz Impacto x Probabilidade (Nível de Risco)

Nível de Risco		Probabilidade				
		1 Muito Baixa	2 Baixa	5 Média	8 Alta	10 Muito Alta
Impacto	10 Muito Alto	10	20	50	80	100
	8 Alto	8	16	40	64	80
	5 Médio	5	10	25	40	50
	2 Baixo	2	4	10	16	20
	1 Muito Baixo	1	2	5	8	10

Escala para classificação de níveis de risco

Risco Muito Baixo/Baixo	Risco Médio	Risco Alto	Risco Muito Alto
0– 9,99	10-39,99	40-79,99	80-100

### Critérios para priorização e tratamento de riscos

Nível de Risco	Descrição	Diretrizes para Resposta
<b>Muito Alto</b>	Nível de risco muito além do apetite a risco da organização.	Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado à governança e alta administração e ter uma resposta imediata. Postergação de medidas só com autorização do dirigente máximo.
<b>Alto</b>	Nível de risco além do apetite a risco da organização.	Qualquer risco nesse nível deve ser comunicado a alta administração e ter uma ação tomada em período determinado. Postergação de medidas só com autorização do dirigente de área.
<b>Médio</b>	Nível de risco dentro do apetite a risco da organização.	Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da gerência na manutenção de respostas e controles para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais.
<b>Muito Baixo/Baixo</b>	Nível de risco dentro do apetite a risco da organização.	É possível que existam oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custo x benefícios, como diminuir o nível de controles.

### Respostas a Riscos

<b>RISCO ALTO</b> - TRANSFERIR - MITIGAR	<b>RISCO MUITO ALTO</b> - EVITAR - TRANSFERIR - MITIGAR
<b>RISCO MUITO BAIXO/BAIXO</b> - ACEITAR	<b>RISCO MÉDIO</b> - MITIGAR

Aceitar  
Mitigar  
Transferir  
  
Evitar

## Escala de Impacto

IMPACTO
Irrelevante para o alcance do objetivo organizacional e/ou do processo de trabalho associado; não compromete a execução do processo associado; e/ou causa quantidade insignificante de desconformidades com a legislação vigente; e/ou não leva a responsabilização do gestor por ato de improbidade.
Pouco importante para o alcance do objetivo organizacional e/ou do processo de trabalho associado; não compromete a execução do processo associado; e/ou causa pequena quantidade de desconformidades com a legislação vigente; e/ou não leva a responsabilização do gestor por ato de improbidade.
Importante para o alcance do objetivo organizacional e/ou do processo de trabalho associado; não compromete a execução do processo associado; e/ou causa média quantidade de desconformidades com a legislação vigente; e/ou leva à responsabilização do gestor por ato de improbidade em baixo grau.
Muito importante para o alcance do objetivo organizacional e/ou do processo de trabalho associado; dificulta a execução do processo associado; e/ou causa grande quantidade de desconformidades com a legislação vigente; e/ou leva à responsabilização do gestor por ato de improbidade em médio grau.
Essencial para o alcance do objetivo organizacional e/ou do processo de trabalho associado; impede a execução do processo associado; e/ou causa múltiplas desconformidades com a legislação vigente; e/ou leva à responsabilização do gestor por ato de improbidade em alto grau.

### Avaliação do Risco do Controle

NÍVEL DE CONFIANÇA	AVALIAÇÃO DO DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DOS CONTROLES (ATRIBUTOS DO CONTROLE)
<b>1 – Inexistente</b> Nível de confiança - 0% (0,0)	Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados, isto é, não funcionais.
<b>2 – Fraco</b> Nível de confiança - 25% (0,25)	Controles têm abordagens <i>ad hoc</i> , tendem a ser aplicados caso a caso, a responsabilidade é individual, havendo grau de confiança no conhecimento das pessoas, em geral realizado de maneira manual.
<b>3 –Mediano</b> Nível de confiança - 50% (0,50)	Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas.
<b>4 – Satisfatório</b> Nível de confiança - 75% (0,75)	Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente.
<b>5 – Forte</b> Nível de confiança - 95% (0,95)	Controles implementados podem ser considerados a “melhor prática”, mitigando todos os aspectos relevantes do risco.

<b>Categorias de riscos</b>	
Riscos estratégicos	São os relacionados à tomada de decisão pela Alta Administração, que podem impactar diretamente o atingimento dos objetivos estratégicos.
Riscos operacionais	São os relacionados a procedimentos ou processos internos.
Riscos de conformidade	São os relacionados ao não atendimento à legislação, normas e procedimentos vigentes.
Riscos de imagem	São os que podem comprometer a imagem da instituição junto à população ou a outros órgãos da Administração Pública.
Riscos-chave	São os estratégicos e os que, em função do impacto potencial ao TRE-BA, devem ser conhecidos pela Alta Administração.
Riscos de integridade	São os relacionados à corrupção, fraudes, irregularidades e/ou desvios éticos de conduta, que possam comprometer os valores e padrões preconizados pela Instituição e a realização de seus objetivos.

RISCO DO CONTROLE		
1 (muito alto)	1	1
	2	0,75
0,75 (alto)	3	0,5
	4	0,25
0,5 (médio)	5	0,05
0,25 (baixo)		
0,05 (muito baixo)		